



10 DE AGOSTO DE 2011

Quarta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **NO BRASIL, CÂMBIO ALIVIA QUEDA DAS COMMODITIES**
- **BRASILEIRO FICOU MAIS ESCOLADO, AFIRMA ANALISTA**
- **PRODUÇÃO SOBE, MAS SINALIZA DESACELERAÇÃO**
- **EMPRESA JUNIOR É TEMA DE EVENTO EM FOZ DO IGUAÇU**
- **MINISTRO ESPERA GERAÇÃO DE EMPREGOS MAIS FRACA EM JULHO, MANTÉM PREVISÃO PARA ANO**
- **FIAT PODE SUBIR EM R\$1 BI INVESTIMENTO EM NOVA FÁBRICA NO BRASIL**
- **INDÚSTRIA DO PR CRESCE 3,1%, NA CONTRAMÃO DA MÉDIA NACIONAL**
- **MERCADO INTERBANCÁRIO FLUI E BANCOS ADOTAM CAUTELA NO CRÉDITO**
- **PIMENTEL PREVÊ QUE CRISE NÃO AFETARÁ O BRASIL**
- **"PONTO ELETRÔNICO: EMPRESAS DIALOGAM NO MTE EM BUSCA DE SOLUÇÕES"**
- **PSDB ANUNCIA CRIAÇÃO DE NÚCLEO SINDICAL NO PARTIDO**
- **ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE VEÍCULO PODE CONTAR COM BNDES**
- **PARCELAMENTO - FIXADOS OS PROCEDIMENTOS PARA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DA LC 110/2001**
- **SIMPLES NACIONAL - GOVERNO QUER AJUSTE DE ALÍQUOTAS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL**
- **PODER LEGISLATIVO - "MALHA FINA": INCLUSÃO DO CONTRIBUINTE DEVERÁ SER COMUNICADA**

- **MEI - ACORDO PROPÕE R\$ 60 MIL PARA TETO DO FATURAMENTO DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - SISTEMA NACIONAL DEFINIU ATUAÇÃO EM CADASTRO POSITIVO**

Câmbio Em 10/08/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,620	1,620
Euro	2,297	2,298

Fonte: BACEN

No Brasil, câmbio alivia queda das commodities

10/08/2011- Gazeta do Povo

A alta acumulada pelas cotações do dólar nos últimos dias tem compensado o tombo sofrido pelas commodities e até elevado o preço de alguns produtos em relação a semanas anteriores. Enquanto o índice que calcula o desempenho de todas as commodities, o CRB, registra queda de 4,5% no ano, a cotação da moeda norte-americana acumula alta de 6,5%.

Embora cause apreensão nas economias de todo o mundo, a crise ainda não teve impacto negativo sobre as cotações de commodities no Brasil. Para o consultor em gerenciamento de risco da FC Stone, Glauco Monte, o efeito real da turbulência só será conhecido em três ou quatro meses.

O que você gostaria de perguntar a um consultor financeiro sobre os efeitos, em sua vida, da nova crise econômica?

Envie sua pergunta para economia@gazetadopovo.com.br e nos ajude a produzir uma matéria sobre o tema.

“No momento, o que vemos é mais um comportamento especulativo. Só teremos uma noção clara dessa crise quando soubermos se ela vai impactar na demanda por mercadorias”, analisa. Ele acredita, no entanto, que a turbulência vai frear a tendência altista de algumas commodities, especialmente metálicas e energéticas. “No curto prazo, os preços continuarão positivos, mas não tanto quanto se previa”, afirma.

Agrícolas

Mesmo em plena época de definição da safra no maior produtor mundial de grãos, os EUA, e de volatilidade dos preços, as commodities agrícolas têm sentido menos a crise. Apesar de terem seguido a avalanche financeira e registrado perdas de dois dígitos no dia seguinte ao rebaixamento da nota dos Estados Unidos, as cotações semanais da soja acumulam queda de apenas 2% na Bolsa de Chicago. Na mesma comparação, as perdas do petróleo chegaram a 4%.

Glauco Monte explica que esse comportamento está ligado ao aperto no quadro de oferta e demanda. “Temos estoques apertados e expectativa de redução da produção norte-americana. Isso segura as cotações dos grãos”, diz.

Por enquanto, a queda nos preços dos produtos agrícolas não preocupa o setor produtivo do Paraná, que apenas mudou suas estratégias de comercialização diante das turbulências no cenário internacional. As vendas dos grãos, que estavam sendo realizadas em reais no mercado disponível, agora são travadas com base no mercado futuro.

“Os preços caíram, mas, como o dólar futuro voltou a ficar acima de R\$ 1,70, conseguimos ganhar R\$ 2,60 a mais por saca [60 quilos]. No fim, a alta da moeda americana tem funcionado como proteção às baixas nos preços da soja e impedido o impacto negativo em nossas vendas externas”, conta Mário Filizzola Costa, operador de mercado da cooperativa Castrolanda, dos Campos Gerais.

O presidente da Associação Brasileira de Agronegócio, Carlo Lovatelli, também acredita nos fundamentos positivos do setor e concorda que o dólar tem salvado o setor. “Poderíamos estar em situação mais complicada. Como há previsão de aquecimento da demanda, acredito que a comercialização da próxima safra não será comprometida”, disse ontem, em evento em São Paulo.

Brasileiro ficou mais escolado, afirma analista

10/08/2011- Gazeta do Povo

Nervoso, mas não desesperado. Esse é o perfil do investidor que tem procurado orientação de corretoras e analistas de investimentos nestes dias de tensão nas bolsas. Na opinião de profissionais da área, o aparente sangue frio da pessoa física em um mercado turbulento é sinal de que uma lição foi aprendida em 2008: não há ação imune à desvalorização, nem crise que dure para sempre.

“Os clientes têm ligado bastante, a segunda-feira teve um clima de comoção”, descreve Eduardo Dias, analista de investimentos da corretora curitibana Omar Cargomo. Eles pedem dicas para atravessar os maus momentos com um mínimo de

perdas. "Temos explicado que se trata de um momento de refluxo de preços, uma se-
quela, ainda, das perdas de 2008."

O que você gostaria de perguntar a um consultor financeiro sobre os efeitos, em sua
vida, da nova crise econômica?

Envie sua pergunta para economia@gazetadopovo.com.br e nos ajude a produzir uma
matéria sobre o tema.

Dependendo da sua carteira de investimentos, há mais ou menos motivos para
preocupação.

É hora de sair da bolsa?

O mais recomendável é aguardar para recuperar o dinheiro quando a bolsa voltar a
subir com constância. Para diluir o risco, procure deixar o investimento em pelo
menos cinco ações. Quem não tiver sangue frio pode vender uma parte das ações,
aplicar em renda fixa ou comprar depois os mesmos papéis por um preço menor,
reduzindo o prejuízo.

Poupança, CDB e renda fixa serão afetados?

Não, devem continuar com taxas altas, atraindo cada vez mais investidores, devido ao
aumento recente dos juros.

Tenho dinheiro aplicado em fundo de investimento. O que faço?

Em renda fixa, nada. Se tiver fundos multimercado e/ou com ações, sairá na baixa se
resgatar agora. O ideal é manter os investimentos, que devem subir no longo prazo.

Fonte: Folhapress

A crise de 2008 é a chave para entender por que o brasileiro tem se mantido em
relativa calma nesse momento de incerteza. "Hoje há menos novatos no mercado",
arrisca o consultor em investimentos Raphael Cordeiro. Segundo ele, a redução de 2%
no número de investidores pessoa física, ocorrida neste ano, é prova de que muita
gente que não se sentia preparada para operar deixou a bolsa. Isso não é
consequência das perdas das últimas duas semanas, mas de seis ou oito meses de
negócios pouco lucrativos. "Ouvi casos até de profissionais do mercado, gente com
experiência, que parou de operar neste ano", diz. O investidor que se manteve é, na
maior parte das vezes, alguém que entende melhor o mercado, já passou por outros
momentos ruins e não tem medo de quedas passageiras.

"Derivativo tóxico"

Além disso, o desastre de 2008 serviu para "limpar" alguns pontos problemáticos.
Naquela época, algumas empresas brasileiras sofreram mais porque vinham fazendo
operações financeiras arriscadas que resultaram em grande prejuízo quando o dólar
subiu. Essas operações foram apelidadas de "derivativos tóxicos" e afetaram
companhias como Aracruz e Sadia. Agora, passados três anos, nenhuma das duas

existe mais: a Aracruz foi incorporada pela VCP para formar a Fibria e a Sadia uniu-se com a Perdigão na Brasil Foods. "Difícil que as empresas tenham cometido esse tipo de erro de novo", comenta Cordeiro. Ou seja: as empresas também estão mais saudáveis.

Quem manteve a calma tem mais chances de sair bem quando tudo tiver passado. "Temos vários clientes que não pararam de comprar, inclusive na segunda-feira", diz Mário André Giovannoni, operador de renda variável da empresa de agentes autônomos de investimento Target Invest. "Só não dá para ter uma ideia de quando esse retorno deve vir. A gente ainda não sabe o tamanho da crise", observa.

Produção sobe, mas sinaliza desaceleração

10/08/2011- Gazeta do Povo

A produção industrial paranaense aumentou 3,1% na passagem de maio para junho, na série com ajustes sazonais, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apenas outros quatro estados, dos 14 pesquisados, elevaram sua produção no mês. Na média nacional, a atividade industrial recuou 1,6%.

O resultado de junho representou a segunda alta consecutiva da indústria paranaense, algo que não ocorria desde agosto de 2009. Apesar da melhora em relação aos meses anteriores, o nível de produção do estado ainda ficou abaixo ao de janeiro deste ano.

Na análise trimestral, o desempenho foi negativo: o nível de produção interrompeu uma sequência de seis trimestres de taxas positivas e recuou 1,1% no segundo trimestre, na comparação com o resultado dos três primeiros meses do ano.

Para o economista Fernando Abritta, da coordenação de pesquisa do IBGE, o indicador trimestral aponta para uma tendência de desaceleração na economia paranaense. "A indústria ainda mantém os resultados positivos sob um cenário de desaceleração, crescendo seis trimestres seguidos, mas um pouco menos a cada trimestre, demonstrando uma clara perda de ritmo, que culminou no primeiro resultado negativo. Essa perda de dinamismo foi observada em nove dos 14 setores no Paraná", diz.

O economista, entretanto, ressalva que essa tendência de queda na comparação trimestral ocorre em todo o país. "A indústria brasileira vem desacelerando por conta das medidas do governo, como o aumento das taxas de juros e outras medidas de restrição ao crédito. Além disso, o setor externo também está afetando os resultados, assim como o cenário do câmbio valorizado", avalia.

O diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Gilmar Mendes Lourenço, credita o fraco desempenho trimestral à queda de 5,9% verificada em maio. "Foi um mês de queda atípica. Não faria uma leitura tão negativa, já que o peso maior foi no mês de maio. Em termos de tendência, ainda consideraria o mês de junho como um indicativo de recuperação, podendo haver uma recuperação ou uma acomodação", avalia.

Tendência incerta

Para ele, o desempenho da indústria no segundo semestre ficará sujeito aos desdobramentos do cenário macroeconômico. "É difícil projetar uma recuperação no ano como um todo. O mais provável é que a indústria registre desempenhos modestos em razão do cenário internacional, ainda imprevisível", avalia. Ainda assim, diz Lourenço, os empresários que apostam no crescimento da economia brasileira no médio e longo prazos não devem suspender planos de investimento em andamento.

Segmentos

Na comparação de junho de 2011 com junho de 2010, a produção estadual subiu 1,6%. O impacto positivo mais significativo sobre o resultado global veio do segmento de veículos, com alta de 22,3% influenciada, em grande parte, pela maior fabricação de caminhões, caminhão-trator e chassis de caminhões e ônibus.

O relatório do IBGE também destacou a contribuição do setor de refino de petróleo e álcool (alta de 8,9%) e de produtos químicos (14,6%). A maior queda ocorreu no setor de edição e impressão (-21,6%). Segundo Lourenço, o resultado é consequência da queda na demanda governamental e da elevada base de comparação.

Empresa junior é tema de evento em Foz do Iguaçu

10/08/2011- Gazeta do Povo

Depois de dez anos, o Paraná voltará a receber o Encontro Nacional de Empresários Juniores – a 19.ª edição do evento ocorre em Foz do Iguaçu entre hoje e 14 de agosto. O objetivo do encontro, segundo a organização, é abordar o papel do empresário júnior como agente de transformação da sociedade e proporcionar a troca de experiências entre os participantes. A abertura contrará com a participação de Mariano Lemanski, vice-presidente do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), e de Zaki Akel Sobrinho, reitor da UFPR, e a programação conta com um case empresarial sobre o Google. As 18 edições anteriores do evento reuniram um total de 15 mil universitários.

]

Ministro espera geração de empregos mais fraca em julho, mantém previsão para ano

10/08/2011- Gazeta do Povo

O Ministério do Trabalho deve anunciar um número mais fraco para a geração de empregos em julho na comparação anual, disse o ministro **Carlos Lupi** nesta terça-feira. Ele, no entanto, descartou que essa queda possa iniciar uma tendência e manteve a previsão de criação de postos de trabalho para o ano.

"Em julho, já começa a cair a contratação no setor agrícola e a safra nesse ano apresentou o mesmo problema... é um período de férias onde há também demissões de profissionais de educação", disse Lupi após encontro com lideranças políticas na residência oficial do governador do Rio de Janeiro, **Sérgio Cabral**.

"Então, pode ser um número não tão bom, mas isso não altera a nossa previsão para o ano, pois o nosso ritmo é muito forte. Tem muitas coisas saindo, investimento, Copa do Mundo, Olimpíada e Petrobras", completou.

Os dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (Caged) sobre a geração de empregos no mês de julho deve ser anunciado na semana que vem.

Em julho de 2010 foram gerados cerca de 180 mil novos postos de trabalho. Segundo Lupi, a previsão do governo é de geração de 3 milhões de vagas neste ano.

Lupi afastou a possibilidade de o mercado de trabalho brasileiro sofrer os impactos da atual crise econômica global, que tem atingido os mercados financeiros.

"O Brasil é outra fotografia, outra realidade com um consumo interno muito forte. Temos reservas cambiais e exportações crescentes e temos uma fotografia fora desse contexto", avaliou.

"Este ano, vamos gerar 3 milhões de empregos e isso está mantido", garantiu.

Fiat pode subir em R\$1 bi investimento em nova fábrica no Brasil

10/08/2011- Gazeta do Povo

A montadora italiana **Fiat** pode elevar os investimentos previstos para sua segunda fábrica no Brasil em até 1 bilhão de reais, em meio a uma possível expansão de 25 por cento na capacidade do projeto.

Em evento nesta terça-feira para anunciar a instalação da nova fábrica na cidade pernambucana de **Goiana**, o presidente do grupo Fiat para a **América Latina**, **Cledorvino Belini**, afirmou que a empresa tem perspectiva de elevar a capacidade final da nova fábrica dos atuais 200 mil veículos por ano projetados para 250 mil.

O projeto original, que previa a instalação da fábrica no complexo portuário de **Suape**, também em Pernambuco, acabou sendo transferido para Goiana, a 65 quilômetros de distância de Recife. A cidade possui um terreno grande e plano o suficiente para abrigar a fábrica integrada a uma pista de testes e fornecedores de autopeças.

Inicialmente, o espaço limitado que a Fiat ocuparia no distrito industrial de Suape obrigaria a montadora a ter três áreas distintas para produção no Estado e, com a mudança para Goiana, todo o projeto poderá ser integrado, melhorando a competitividade do empreendimento, informou a assessoria de imprensa da Fiat.

O plano inicial da Fiat era de investir 3 bilhões de reais na construção da fábrica, mas com a mudança para a área maior de Goiana e a perspectiva de aumento da capacidade do projeto para 250 mil unidades anuais o valor pode subir para entre 3,5 bilhões e 4 bilhões de reais, disse Belini em apresentação em Pernambuco, segundo a assessoria.

A fábrica terá estrutura modular, o que significa que poderá se expandir ao longo do tempo. Se a montadora decidir pela expansão do projeto, os recursos serão incrementais ao plano de investimentos no Brasil de 10 bilhões de reais entre 2011 e 2014.

A expectativa da Fiat é que a nova fábrica comece a operar entre o final de 2013 e início de 2014. A unidade montará uma plataforma de veículos para produção em grande escala para atender ao mercado latino-americano.

"Há uma necessidade real de crescimento para atender à demanda do mercado brasileiro nos próximos anos", informou a assessoria da montadora.

Segundo estimativa da associação de montadoras de veículos do Brasil, Anfavea, o mercado brasileiro deve crescer para vendas de cerca de 6 milhões de unidades por ano em 2020, ante previsão de cerca de 3,7 milhões em 2011.

Indústria do PR cresce 3,1%, na contramão da média nacional

10/08/2011- O Estado do Paraná

A produção industrial recuou em nove das 14 regiões metropolitanas que constituem a Pesquisa Industrial Mensal, na passagem de maio para junho, já descontadas as influências sazonais, segundo a divulgação desta terça-feira (9) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado acompanhou a queda de 1,6% observada no total do País.

Os recuos mais acentuados ocorreram no Rio de Janeiro (-4,5%) e no Amazonas (-3,7%), seguidos por Ceará (-2,9%), Espírito Santo (-2,4%), Pará (-1,8%) e Rio Grande do Sul (-1,6%). Também houve recuo em São Paulo (-1,5%), Minas Gerais (-1,3%) e Santa Catarina (-0,1%). As cinco áreas com avanço foram Bahia (5,6%), Pernambuco (4,8%), Paraná (3,1%), Goiás (2,3%) e região Nordeste (0,5%).

No fechamento do primeiro semestre, a expansão (de 1,7%) da atividade industrial em nível nacional alcançou nove dos 14 locais pesquisados, com destaque para Espírito Santo (12,4%), único com crescimento de dois dígitos.

Também houve crescimento em Goiás (3,6%), São Paulo (2,5%), Minas Gerais (2,3%), Rio de Janeiro (2,2%) e Rio Grande do Sul (2,1%). No desempenho positivo destes locais, observa-se a maior presença de segmentos articulados à produção de bens de capital (para transporte e construção) e de bens de consumo duráveis (automóveis e celulares), além dos avanços nos setores extrativos (minérios de ferro), farmacêutico e de metalurgia básica.

Os demais resultados positivos foram verificados no Paraná (1,6%), Pará (0,9%) e Amazonas (0,3%). Na direção contrária, apontaram queda na produção no primeiro semestre: Pernambuco (-4,2%), Santa Catarina (-4,4%), Bahia (-4,7%), região Nordeste (-5,2%) e Ceará (-10,7%).

Mercado interbancário flui e bancos adotam cautela no crédito

10/08/2011- Valor Econômico

A forte deterioração da crise internacional nos últimos dias não provocou efeitos mais devastadores no sistema financeiro nacional. Até o momento, a liquidez do mercado interbancário está preservada e não há sinais de empocamento do dinheiro nos bancos maiores, como ocorrido em 2008. A crise, pelo menos por enquanto, ainda não é bancária lá fora ou aqui.

Os bancos de pequeno e médio porte estão em alerta, mas é fato que a desalavancagem forçada pelas medidas do Banco Central adotadas a partir de dezembro do ano passado ajudam no cenário atual.

Enquanto se avaliam os efeitos da crise sobre o crescimento da economia, entretanto, os bancos já frearam o crédito. Empréstimos para empresas já se tornaram mais seletivos e o setor industrial é um dos mais afetados.

A queda da bolsa, até agora, animou ao menos um setor, o de fundos de private equity. Os preços mais baixos podem criar oportunidades de compra.

Pimentel prevê que crise não afetará o Brasil

10/08/2011- Agência CNI

Salvador – O Brasil está preparado para enfrentar a crise econômica internacional e não deverá sofrer grandes abalos com a instabilidade da economia europeia e americana, previu nesta terça-feira, 9 de agosto, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. A afirmação foi feita na abertura da 14ª Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, promovido em Salvador pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e sua congênere japonesa, Nippon Keidanren.

Segundo Pimentel, vários fatores protegem o país dos efeitos mais graves da crise, como reservas internacionais elevadas, em torno de US\$ 400 bilhões, metas fiscais cumpridas, mercado interno ainda em expansão, abundância de recursos naturais. “A crise econômica é preocupante e de uma profundidade que não se imaginava, gerando incertezas, mas o governo tem compromissos muito firmes com a política fiscal e espera chegar ao fim do ano sem desaceleração acentuada da atividade econômica”, declarou.

O ministro do Desenvolvimento informou que, apesar dos desdobramentos da crise econômica internacional, o governo não vê necessidade, por enquanto, de rever os principais indicadores econômicos para este ano, como o comportamento do PIB (Produto Interno Bruto).

BOAS CONDIÇÕES - O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, que abriu a 14ª Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), enfatizou que “o Brasil tem enfrentado este cenário adverso em boas condições”. A estabilidade da economia brasileira diante da crise é um fator positivo, em sua opinião, na obtenção de recursos internacionais. “O Brasil é o país mais tranquilo, hoje, para atrair investimentos externos”, completou Andrade.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que participou de painel sobre as perspectivas das relações bilaterais, disse não acreditar que o recrudescimento da crise vá se desdobrar em moratórias, como ocorreu em 2008. Disse que, com o desaquecimento das economias americana e europeia, o desenvolvimento econômico mundial nas próximas décadas será liderado pelos países asiáticos e emergentes, como o Brasil.

Coutinho enfatizou haver grandes oportunidades oferecidas pelo Brasil à ampliação dos investimentos japoneses, especialmente com aporte de tecnologia, alinhando eletrônica, automação industrial, máquinas pesadas, automóveis e as cadeias de suprimento no setor petrolífero. “As oportunidades para investimentos do Japão, numa nova etapa, são alvissareiras”, sublinhou.

Investir na cadeia de petróleo foi também a ênfase da participação no encontro do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. Exortou as empresas japonesas a participarem dos investimentos de US\$ 224,7 bilhões que a estatal fará para produzir, em 2015, mais de 5 milhões de barris diários e, em 2020, mais de 7 milhões de barris/dia. "Serão mais cinco novas refinarias, centenas de navios, mais de 50 novas plataformas de produção que exigirão milhares de tubos, válvulas, sensores, ligas, todo tipo de equipamento de alta tecnologia. É uma gigantesca oportunidade", destacou.

VISTOS - O vice-ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Hideichi Okada, disse acreditar que problemas comuns enfrentados por Brasil e Japão, como a valorização cambial, podem impulsionar as relações bilaterais. Informou que, em reunião com técnicos do MDIC em Salvador, na segunda-feira, 7 de agosto, houve progressos na solução de contenciosos bilaterais, como as dificuldades, de lado a lado, na concessão de vistos de negócios a empresários dos dois países.

A 14ª Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão prossegue nesta quarta-feira, 10 de agosto, com discussões sobre investimentos e cooperação nas áreas de energia renovável, tecnologia avançada, inovação, finanças e agricultura.

A corrente de comércio bilateral atingiu US\$ 14,1 bilhões no ano passado, com ligeiro superávit do Brasil (quase US\$ 159 milhões). Em 2010, o país exportou US\$ 7,1 bilhões, em especial minérios e carnes, e importou do Japão US\$ 6,9 bilhões, principalmente em máquinas, equipamentos e

"Ponto Eletrônico: empresas dialogam no MTE em busca de soluções"

10/08/2011- Blog RT

Recente pesquisa realizada pelo professor da USP, Hélio Zylberstajn, comprovou que menos de 1% das ações contra empresas em dois importantes Tribunais do Trabalho tratam de hora extraordinária e tem alguma citação ao registro eletrônico de ponto (<http://www.relacoesdotrabalho.com.br/profiles/blogs/no-o-estado-de-...>). Este número, contudo, não significa que neste pequeno percentual de ações se questionam fraudes nos registros, nem que todas tenham razão em seus pleitos.

A pesquisa vem corroborar com o que já era de conhecimento de todos, ou seja, a inexistência de um processo sistêmico de fraudes que justificasse impor ao conjunto das empresas, cuja esmagadora maioria trabalha corretamente, um remédio aplicado a todos indistintamente e desnecessariamente – o Registrador Eletrônico de Ponto - REP.

A criação desta medida partiu da leitura de que havia "muitas" ações na Justiça em que se pleiteavam horas extras e de que diversos sistemas eletrônicos no mercado permitiriam eventuais mudanças em marcações de ponto. Isto abriria espaço para eventuais correções e complementos, mas também para se fraudar o direito do trabalhador. A solução apontada seria um sistema eletrônico que poderia garantir a inviolabilidade dos dados primários, impondo-se então a todos o uso do REP (logicamente as empresas podem usar registros manuais ou mecânicos, mas isto é irrazoável para uma grande empresa).

Ocorre que um dos principais problemas de fraude no registro de ponto está em processos que envolvem a marcação de saída e a continuação da jornada, e o REP não adianta em nada. Para isto e para todas as demais fraudes em registros de ponto,

os remédios corretos existentes são: denúncia, fiscalização e os meios de prova amplamente aceitos pela própria Justiça do Trabalho. Medidas que disciplinem questões como a disponibilização aos trabalhadores de extratos com seus registros de ponto a qualquer momento, também seriam razoáveis. Aliás, esta é uma solução já amplamente adotada por empresas em que o ponto é registrado no próprio computador.

O REP foi uma grande surpresa para todos, pois isto não era um problema relevante a ponto de não estar na agenda das entidades de trabalhadores. A imposição de sua utilização, a partir da Portaria 1510/2009 do MTE, gerou uma forte reação da área empresarial, que a considerou mais uma medida onerosa, burocrática e prejudicial ao ambiente de negócios no país. Para exemplificar, foi grande a dificuldade de filiais de multinacionais que investem no Brasil de explicar às suas matrizes esta medida e seus novos custos.

O Ministério do Trabalho e Emprego decidiu adiar a medida por duas vezes e criou como alternativa a realização de acordos coletivos, o que a princípio satisfaz os sindicatos de trabalhadores. Além de questionada como medida insuficiente pelos empregadores por diversos problemas, a solução tem tido sua segurança jurídica questionada.

Alguns números a respeito da implantação dos REPs têm sido divulgados, mas parecem ter pouca aderência à realidade. Há quem disponibilize a informação de que já existam 260 mil unidades instaladas em um contexto onde seriam necessários cerca de um milhão de aparelhos. Pela realidade que temos visto e informações que circulam no mercado, este número não chegaria nem perto das 100 mil unidades. O fato é que sempre estará em tempo de rever a medida, mas quanto antes, melhor.

Com este intuito, foi criado o Grupo de Trabalho tripartite visando propor soluções antes da entrada em vigência em 1º de setembro de 2011. Ainda que o tempo seja muito exíguo para negociar a melhor solução para o problema, a área empresarial tem se mostrado absolutamente disposta a dialogar de forma construtiva. Para isto, contudo, é imprescindível uma real disposição para busca do consenso, especialmente por parte do MTE. Isto permitiria uma abordagem adequada do problema, evitando posturas que se limitem a defender a proposta do REP e a realizar correções pontuais para os diversos questionamentos técnicos. Caso não haja abertura para um diálogo real, a tendência seria um impasse.

A Portaria 1.469/2011 MTE, que instaurou o GT, traz a possibilidade de adiamento da exigência, com a definição de novo prazo de implantação, e a informação de que a fiscalização observaria o critério da dupla visita nos primeiros 90 dias de vigência da medida. Isto por si só é uma sinalização positiva, pois retira pressão por aquisição de equipamentos, inclusive pelo fato de que o próprio REP deverá sofrer alterações.

O País vive um momento em que todo o Governo Federal demonstra real preocupação com a competitividade e faz esforços efetivos na busca de melhorar as condições produtivas das empresas brasileiras, que é o único caminho para garantir mais e melhores empregos para nossos trabalhadores. Retirar este ônus adicional de mais de R\$5 bilhões sobre o setor produtivo para aquisição e implantação destes equipamentos é uma medida coerente.

Neste sentido, há expectativas de que o Grupo de Trabalho faça mudanças negociadas no Ponto Eletrônico, preservando a possibilidade de utilização de diversas tecnologias eletrônicas disponíveis no mercado e a rápida incorporação de inovações, ao tempo

em que seja garantidas disponibilidade de informação ao trabalhador, medidas que certamente seriam saudadas como muito positivas por todos.

PSDB anuncia criação de núcleo sindical no partido

10/08/2011- O Estado de São Paulo

O PSDB definiu ontem o prazo de 90 dias para criar uma Secretaria Nacional Sindical. Ontem, em reunião em São Paulo, o presidente nacional da legenda, Sérgio Guerra, também disse que o partido pretende instalar núcleos sindicais em todos os Estados. A iniciativa trata-se de estratégia da legenda de tentar se aproximar de movimentos de trabalhadores que, tradicionalmente, sempre estiveram aliados ao PT.

No dia 20, haverá evento em Minas Gerais para marcar o apoio de 150 sindicatos mineiros ao PSDB local. A cúpula tucana pretende fazer do encontro um ato nacional de aproximação do partido com o sindicalismo.

Estímulo à produção de veículo pode contar com BNDES

10/08/2011- Newsletter Automotive Business

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, afirmou que o pacote de estímulos à produção nacional de veículos, que será anunciado pelo governo em breve, poderá contar com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às montadoras que lançarem projetos com foco na expansão do conteúdo local na fabricação de carros. "Temos como preocupação o avanço expressivo das importações de carros, que só no primeiro semestre fizeram com que ocorresse um déficit comercial do setor de US\$ 2 bilhões", afirmou.

Segundo Teixeira, o governo também teme que muitos desses carros embarcados de outros países tenham padrões técnicos inferiores aos requeridos pelas autoridades nacionais, o que pode até colocar em risco a segurança dos consumidores. O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirmou na semana passada à Agência Estado que o novo regime automotivo estava em negociações avançadas com as montadoras e que seria anunciado em 15 dias.

Superávit primário

O secretário executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, afirmou que o Brasil tem "condições técnicas" para gerar um superávit primário superior à meta de R\$ 117,89 bilhões para 2011. "Isso é possível. Só não sei se é desejável na atual conjuntura global", afirmou. Ele elogiou a disposição do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de atingir tal objetivo fiscal neste ano. "O ministro Mantega prometeu surpresas fiscais, mas elas podem ser dos dois lados", brincou. O superávit primário é a economia para o pagamento dos juros da dívida pública.

Teixeira destacou que o Brasil tem como compromisso o combate à inflação, a manutenção dos investimentos públicos e boa administração das despesas oficiais. Ele ressaltou que não tem dúvidas que o País será a quinta economia do mundo em duas décadas, porém o principal foco do governo é melhorar o patamar de riqueza do País com maior distribuição de renda. "A meta central do governo é acabar com a miséria em 2014", disse.

Teixeira ressaltou que o governo tem um comprometimento muito forte com investimentos públicos e melhoria da qualificação profissional dos trabalhadores. Ele destacou, por exemplo, que os investimentos da Petrobras devem gerar a contratação direta e indireta de 140 mil engenheiros até 2020.

O secretário observou ainda que as boas perspectivas econômicas do País nos próximos anos continuarão permitindo alto nível de geração de postos de trabalho, o que deve levar o Brasil ao pleno emprego em 2014, quando a taxa média de desemprego deve variar de 3,5% a 4%.

Parcelamento - Fixados os procedimentos para o parcelamento de débitos da LC 110/2001

10/08/2011- Notas COAD

A PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da Portaria 568, de 9-8-2011, publicada no Diário Oficial de hoje, dia 10-8, dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições sociais, de 10% incidente sobre o montante do FGTS para os casos de demissão sem justa causa e de 0,5% incidente sobre a remuneração mensal do empregado, instituídas pela Lei Complementar 110/2001, inscritos em DAU - Dívida Ativa da União, ajuizados ou não.

Neste ato destacamos:

- poderão ser parcelados os débitos referentes às contribuições sociais da LC 110/2001, vencidos até 30-11-2008 e inscritos em DAU até 30-7-2010;
- o parcelamento destina-se aos sujeitos passivos que se manifestaram pelo parcelamento da totalidade de seus débitos, cuja relação será divulgada nos sítios da CAIXA e da PGFN na internet.
- a formalização do parcelamento será feita por meio do TCDPC-CS - Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da LC 110/2001, disponibilizado pela CAIXA;
- no TCDPC-CS constará o valor consolidado dos débitos, o prazo do parcelamento e os redutores aplicados de acordo com a modalidade do débito;
- a consolidação do débito é calculada com base no valor principal da contribuição social da LC 110/2001, acrescida a atualização monetária pela TR, os juros de mora e a multa;
- a quantidade máxima de prestações do parcelamento é de 180 meses;

- a prestação mínima é de R\$ 100,00, quando a origem do parcelamento for débito vencido até 30-11-2008, não parcelado anteriormente e não enquadrado nas condições estabelecidas pela CAIXA e por esta Portaria;
- o valor das prestações será obtido mediante divisão do montante do débito consolidado pelo número de prestações indicadas pelo sujeito passivo, respeitados os valores mínimos de prestação;
- a Portaria 568 PGFN/2011 só entrará em vigor 60 dias após 10-8-2011.

Simples Nacional - Governo quer ajuste de alíquotas para empresas do Simples Nacional

10/08/2011- Notas COAD

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, esclareceu há pouco que o governo propôs para o Supersimples mudança de alíquota na cobrança dos impostos por faixa de faturamento após o aumento do teto de enquadramento no programa, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Com isso, uma empresa com faturamento de R\$ 2,4 milhões, que antes pagava imposto de 11,61%, terá a alíquota reduzida para 10,23%.

Barbosa disse que não se trata de uma redução das alíquotas, diferentemente do que divulgou mais cedo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, mas, sim, de ajuste das tabelas. A correção das tabelas do Superimples foi acertada com a Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas e ainda precisa passar pelo Congresso Nacional, como alteração na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

“Na prática, pode significar desoneração, com redução da alíquota, dependendo da faixa em que [a empresa] se enquadra. As alíquotas continuam as mesmas”, explicou o secretário executivo.

Com a correção do teto de faturamento das empresas beneficiadas pelo Simples Nacional, os empreendedores vão poder faturar mais e continuar dentro do programa de pagamento simplificado de tributos. O aumento do limite de renda bruta anual em 50%, para fins de enquadramento no sistema simplificado de tributação, pode resultar na adesão de até 30 mil novas empresas, de acordo com o secretário executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago.

Além disso, o acordo vai beneficiar as micro e pequenas empresas exportadoras. “É uma medida importante a isenção para exportações. Algumas empresas do Simples, quando vão exportar, [o faturamento] pode colocá-las facilmente fora do Simples”, disse Barbosa. Dessa forma, os embarques externos das empresas que somarem até R\$ 3,6 milhões vão poder ser somados aos vendidos no mercado interno, sem serem excluídos do programa.

As mudanças vão resultar em renúncia fiscal de 4,8 bilhões por ano. Desse valor, um total R\$ 4,4 bilhões é referente à correção do limite de faturamento das micro e pequenas empresas. O restante é equivalente ao aumento de 67% do limite da

receita bruta anual do microempreendedor individual (MEI), que passou de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Barbosa ressaltou que a inclusão de novos setores no programa Super Simples não foi cogitada no momento. "Temos espaço para desoneração limitada, colocamos claramente isso aos parlamentares ao longo da discussão. Incluir outros setores significaria ampliar substancialmente a desoneração e limitaria o valor do reajuste", explicou.

Atualmente, o programa não contempla profissionais liberais, corretores de seguro, profissionais que trabalham com representação comercial, além de bancos, cadeia produtiva de energia elétrica, importação e fabricação de automóveis, importação de combustíveis, produção e venda no atacado de bebidas alcólicas, cigarros e armas de fogo, dentre outros, sendo a maioria do setor de serviços.

Fonte: Agência Brasil

Poder Legislativo - "Malha fina": inclusão do contribuinte deverá ser comunicada

10/08/2011- Notas COAD

Contribuinte poderá ter chance de retificar IR antes da multa

A Receita Federal do Brasil (RFB) poderá ser obrigada a comunicar formalmente ao contribuinte pessoa física que caiu na "malha fina" o motivo de retenção de sua declaração de Imposto de Renda (IR) e o prazo para esclarecer ou retificar eventuais desvios de dados. A medida consta de projeto aprovado nesta terça-feira (9) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa .

O projeto (PLS 493/08), de autoria do então senador Raimundo Colombo (DEM-SC), recebeu relatório pela aprovação do senador Benedito de Lira (PP-AL). O texto visa evitar que a Receita multe o contribuinte antes de informá-lo oficialmente de que sua declaração de IR, por determinado critério, foi retida na "malha fina" ou que apresenta problemas na informação dos dados. Também determina que seja concedido prazo ao contribuinte para responder aos questionamentos relativos à sua declaração.

O relator explica que, nos casos onde "houver infração claramente demonstrada, com os elementos probatórios necessários ao lançamento", a legislação em vigor permite à Receita lançar multas e só posteriormente comunicar ao contribuinte. Benedito de Lira considera esse um procedimento incorreto e defende a aprovação do PLS 493/2008, para obrigar a RFB a comunicar o contribuinte e dar a ele o direito de explicação, antes do lançamento de multas.

O relator lembra que a Receita Federal utiliza moderno sistema de informação, permitindo cruzamento de grande número de dados e detecção imediata de falhas nas declarações. No entanto, ele considera que "a maior parte dos erros detectados ocorre por desatenção ou desconhecimento", motivo pelo qual entende ser necessária a exigência de comunicação, para que o contribuinte possa prestar esclarecimentos ou fazer retificações antes de ser multado.

FONTE: Agência Senado

MEI - Acordo propõe R\$ 60 mil para teto do faturamento do empreendedor individual

10/08/2011- Notas COAD

Baseada em acordo firmado com a Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, a presidenta Dilma Rousseff assinou mensagem ao Congresso Nacional propondo várias medidas ao Projeto de Lei Complementar nº 591/2010 que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Entre estas medidas está a elevação do teto do faturamento bruto dos empreendedores individuais de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil por ano. A mensagem presidencial, assinada em solenidade realizada na manhã desta terça-feira (9), no Palácio do Planalto, também propõe aos deputados e senadores alterações nas tabelas do Simples Nacional.

"Ter pequenos empreendedores, ter microempreendedores é algo que orgulha um país porque implica na estruturação democrática de uma atividade produtiva que torna aqueles que a exercem sujeitos muito importantes do processo produtivo, mas também da sua própria cidadania", destacou Dilma Rousseff. A proposta do governo prevê outras mudanças que vão beneficiar o empreendedor individual, como a desburocratização, que permitirá ao empreendedor individual - a qualquer momento e de forma simplificada - realizar alterações ou dar baixa na sua empresa pela internet.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, recebeu com entusiasmo o anúncio das medidas. "Essa mudança vai facilitar a vida dos empreendedores individuais porque vai permitir que mais pessoas possam ser enquadradas nessa categoria, trata-se de mais um incentivo para o investimento e para a economia do país. Também significa mais pessoas podendo ter acesso aos benefícios previdenciários", disse.

Além disso, a presidenta encaminhou ao Congresso pedido de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa.

FONTE: Ministério da Previdência Social

Defesa do Consumidor - Sistema Nacional definiu atuação em cadastro positivo

10/08/2011- Notas COAD

Representantes dos Procons, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Entidades Cíveis se reuniram para discutir a lei 12.414/2011, que criou o cadastro positivo. A oficina, coordenada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), reuniu o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor para estabelecer estratégias de atuação acerca da implementação do novo cadastro.

Estiveram em pauta na oficina preocupações em relação aos procedimentos, a

transparência e a segurança da informação em um novo mercado que se abre com a edição da lei. O monitoramento das operações de crédito e o maior acesso às informações sobre os cidadãos brasileiros foram discutidos sob a perspectiva da proteção dos dados pessoais.

Nesse sentido, um anteprojeto de lei com o intuito de proteger dados pessoais foi elaborado pelo Ministério da Justiça no final do ano passado. A sociedade participou e propôs sugestões ao longo de cinco meses de debate público. Foram quase 800 contribuições que estão agora em fase de consolidação. Segundo a proposta, qualquer informação pessoal só poderá ser tratada com consentimento do titular ou por previsão legal.

“É preciso levar em conta que o cadastro positivo aumenta significativamente o fluxo de informações pessoais. A implementação da lei 12.414 não pode estar dissociada de um marco regulatório que assegure a titularidade desses dados a quem é de direito, ou seja, o próprio consumidor. Só assim o cadastro será, de fato, positivo”, avalia a diretora do DPDC, Juliana Pereira.

A oficina debateu ainda o impacto econômico e a proteção do consumidor no processo de implementação da lei. As estratégias definidas durante os três dias vão servir como base para a atuação de todo o Sistema Nacional frente à nova realidade que se impõe com a criação do cadastro positivo. O encontro foi organizado pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), do DPDC.

Fonte: Ministério da Justiça